



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME

ROLAND MARIA HENRY T G F VON URBAN

1ª HABILITAÇÃO

10/04/1972

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO

29/01/1947

4a DATA EMISSÃO

17/10/2022

4b VALIDADE

10/10/2025

ACC



D

4c DOC, IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF

V066179 RNE DF

4d CPF

071.823.686-68

5 Nº REGISTRO

03063698008

9 CAT. HAB

B

NACIONALIDADE

ESTRANGEIRO

FILIAÇÃO

RUDIGER MARIA GOBLIRSCH F VON URBAN

MARIA MARGARETE M S G F VON URBAN



RUM

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B		10/10/2025	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

A;

EURICO DA CUNHA NETO
DIRETOR DETRAN - MG

ASSINATURA DO EMISSOR

80055241801
MG626096766

LOCAL

BELO HORIZONTE, MG

MINAS GERAIS

SENATRAN

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2454152360

PROIBIDO PLASTIFICAR

2454152360



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 19.792.159/0001-14 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 07/01/1966
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
ANDINO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
22.19-6-00 - Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
20.33-9-00 - Fabricação de elastômeros
25.11-0-00 - Fabricação de estruturas metálicas
25.39-0-01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda
25.99-3-99 - Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente
28.40-2-00 - Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios
33.14-7-99 - Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente
33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
33.29-5-99 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente
38.39-4-99 - Recuperação de materiais não especificados anteriormente
46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
46.84-2-01 - Comércio atacadista de resinas e elastômeros
46.89-3-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
R JOSE A CANCADO BAHIA

NÚMERO
199

COMPLEMENTO

CEP
32.210-130

BAIRRO/DISTRITO
CIDADE INDUSTRIAL

MUNICÍPIO
CONTAGEM

UF
MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 06/03/2025 às 14:51:05 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

À Comissão de Licitação

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PE Nº 153/2025

ANDINO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.792.159/0001-14, com sede em Rua Jose A Cancado Bahia, nº 199, CEP: 32.210-130, vem, respeitosamente, perante essa Comissão de Licitação, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao edital em epígrafe, com fundamento nos princípios da isonomia, ampla concorrência e legalidade, nos termos do art. 85º, § 1º da Lei 13.303/2016 e do art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, pelos motivos a seguir expostos.

1. SÍNTESE FÁTICA

Administração, instaurou procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a “Aquisição através de Sistema de Registro de Preços, de defensas de borracha e todos os acessórios de segurança, tais como suportes de corrente, manilhas, parafusos, painéis, arruelas, porcas, chumbadores, corrente de peso e cisalhamento e esticadores ajustadores de correntes, para os berços de atracação da APPA (berços 201 a 219) sob responsabilidade da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina por um período de 12 (doze) meses, de acordo com as justificativas, quantidades estimadas e especificações técnicas descritas no Termo de Referência rev., edital e demais anexos. As especificações técnicas do objeto, encontram-se descritas nos itens 3 a 7 do termo de referência.”.

Todavia, denota-se a presença de vício que pode vir a macular todo o processo, cuja prévia correção se mostra indispensável à abertura do certame e a formulação de propostas. Face o interesse público evidente do procedimento em voga, por sua amplitude, SOLICITA-SE COM URGÊNCIA a análise do mérito deste Esclarecimento pelo (a) Sr. (a) Pregoeiro (a), a fim de evitar prejuízos maiores para o erário público, o qual certamente será lesado caso o Edital permaneça nos termos atuais.

Tal é o que se passa a demonstrar.

2. DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Nos termos do Edital, o prazo para impugnação deve observar o disposto no artigo 171 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA (RILC), bem como o artigo 87, §1º, da Lei nº 13.303/2016, que prevê a possibilidade de impugnação até **cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública**.

Considerando que a sessão de abertura da licitação está marcada para o dia **19/03/2025**, o prazo final para apresentação de impugnação é **até o dia 12/03/2025**, respeitando-se o intervalo mínimo exigido por lei.

Dessa forma, a presente impugnação é tempestiva, uma vez que está sendo protocolada **dentro do prazo legalmente estabelecido**, devendo ser regularmente processada e analisada por essa Comissão de Licitação.

3. DAS RAZÕES

Inicialmente, cumpre mencionar que o presente pleito pretende afastar do procedimento licitatório, exigências feitas em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito inclusive, de evitar que ocorra restrição desnecessária do universo de possíveis e capacitados licitantes, obstando a **BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA** para Administração Pública.

O presente pedido de impugnação tem como objetivo contestar o item **11.5.1.2** do Edital, que exige do proponente primeiro classificado a apresentação, sem ônus para a APPA, dos **relatórios/laudos dos ensaios de durabilidade (Durability Test Report)** já efetuados e dos **certificados emitidos por sociedade classificadora reconhecida pela Marinha do Brasil, em conformidade com a PIANC “Guideline for the Design of Fender Systems: 2002”**.

4. DA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE E DO DIRECIONAMENTO

O referido item restringe indevidamente a competitividade, pois:

Exige ensaios prévios realizados e certificados por entidades específicas, limitando a participação de empresas que, apesar de tecnicamente qualificadas, não tenham os ensaios previamente realizados, criando um requisito que pode beneficiar determinados fornecedores em detrimento de outros.

Imposição de certificação por sociedade classificadora reconhecida pela Marinha do Brasil, sem justificativa técnica suficiente, desconsiderando outras certificações equivalentes reconhecidas internacionalmente. Isso fere o princípio da isonomia e pode configurar direcionamento.

Contraria o princípio da razoabilidade, ao impor exigência que vai além da comprovação de capacidade técnica necessária para execução do objeto licitado.

As restrições no tocante as certificações técnicas contidas no edital impossibilitam a participação de empresas capacitadas para atender às necessidades da Administração Pública, porém, que não possuem a certificação específica que tenha sido RECOINHECIDA EXCLUSIVAMENTE pela Marinha do Brasil, deste modo é límpido que o edital está direcionado.

Bem como em pesquisa ampla por LICITAÇÕES DO MESMO OBJETO nos últimos 24 meses nenhum edital de nenhum órgão semelhante, INCLUSIVE EDITAIS DA MARINHA DO BRASIL, exigiram tal certificação com reconhecimento.

Destaca-se que, conforme dispõe a Súmula/TCU nº **177/TCU**

"É irregular a exigência de marcas específicas, salvo quando tecnicamente justificado, de forma expressa, nos autos do processo administrativo."

Esse entendimento reforça que a **exigência de laudos de determinados órgãos ou certificações específicas pode configurar direcionamento**, a menos que haja justificativa técnica suficiente.

Súmula nº 247/TCU

"É vedada a inclusão, nos instrumentos convocatórios de licitação, de cláusulas ou condições que frustrem o caráter competitivo do certame, sem justificativa plausível."

Esse dispositivo é fundamental para embasar a impugnação, pois reforça que **exigências excessivas, sem justificativa clara, restringem a competitividade e violam o princípio da isonomia**.

Acórdão 2.632/2015 – Plenário

O TCU determinou a anulação de um edital que exigia certificações emitidas por um único órgão específico, caracterizando direcionamento indevido da licitação.

Acórdão 1.993/2018 – Plenário

"A administração deve adotar critérios objetivos e técnicos na definição de exigências de qualificação, evitando restringir indevidamente a competitividade do certame."

Com base nesses entendimentos do TCU, o item **11.5.1.2 do edital** merece ser questionado com a alegação de **direcionamento indevido e restrição da competitividade**, visto que impõe exigências que favorecem determinados fornecedores em detrimento de outros sem justificativa técnica plenamente comprovada.

Ocorre, *data vênia*, que tal direcionamento além de incoerente é também ilegal.

Portanto, deve haver prévia justificativa para a indicação da **CERTIFICAÇÃO ESPECÍFICA EXCLUSIVAMENTE EMITIDOS POR SOCIEDADE CLASSIFICADORA RECONHECIDA PELA MARINHA DO BRASIL**.

Ademais, o Tribunal de Contas da União prevê no Acórdão 3556/2008, que: “Os critérios de pontuação da proposta técnica devem ser compatíveis e proporcionais ao objeto a ser executado, evidenciando os seus itens mais relevantes. A inobservância de tais pressupostos pode caracterizar direcionamento do certame.”

Ainda, corrobora tal assertiva a jurisprudência do TCU, as quais são firmes em indicar a necessidade de haver indicação de razões que motivaram a decisão de restringir a disputa, além de no Acórdão 827/07, orientar o Administrador a abster-se “de utilizar, ao elaborar o projeto básico especificações contidas em propostas apresentadas por empresa interessada, sob pena de possível caracterização de direcionamento da contratação, devendo preparar o mencionado projeto com base em suas reais necessidades”

A indicação de marca no edital deve estar amparada em razões de ordem técnica, de forma motivada e documentada, que demonstrem ser aquela marca específica a única capaz de satisfazer o interesse público. (Acórdão 113/16 – Plenário)

O que plenamente se encaixa no caso concreto da exigência de uma certificação que somente pode ser utilizada se RECONHECIDA PELA MARINHA DO BRASIL.

Outrossim, cumpre destacar o importante precedente do Tribunal de Justiça do Estado Paraná:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE PÚBLICO. DIRECIONAMENTO DE LICITAÇÃO. INDISPONIBILIDADE DE BENS. RESSARCIMENTO INTEGRAL DO DANO. NATUREZA INDENIZATÓRIA. LIMITAÇÃO AO VALOR DO DANO AO ERÁRIO. O dano material efetivamente causado pelo agente público ímprobo deve ser objeto de prova a ser produzida na fase instrutória. Não sendo possível estimar o valor da indenização, a indisponibilidade não pode se basear no valor máximo do contrato questionado, já que este valor não será o do prejuízo. **RECURSO NÃO PROVIDO.** (TJ-PR - Ação Civil de Improbidade Administrativa: 11392306 PR 1139230-6 (Acórdão), Relator: Nilson Mizuta, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1297 13/03/2014)

Por se tratar de uma aquisição comum, onde não são observados critérios técnicos especiais ou uma justificativa para ensejar a especificação, não é possível à Administração conduzir o certame no modo previsto.

Tal movimento caracteriza o cerceamento da competitividade e afronta a princípios vinculados ao processo licitatório que, por força constitucional, devem ser preservados.

Todavia, não identificamos no instrumento convocatório qualquer justificativa a fim de fomentar a aquisição de uma marca em específico.

Levando em consideração que o descritivo deve ter sido feito no intuito de NORTEAR o produto desejado, e que o órgão tem conhecimento da necessidade de promover um processo justo e aberto para qualquer fabricante que possa oferecer um produto de qualidade, entendemos que os pontos acima devem ser revisados pelo descritivo.

Caso contrário, que o respeitável órgão apresente/fundamente as razões que o fazem exigir as características técnicas apresentadas, assim como, pede-se que impugne o edital por direcionamento.

Desta forma, impugna-se o presente Edital para retificação dos descritivos técnicos, a fim de retirar a indicação de marcas ou que seja apresentada justificativa necessária para provimento da aquisição em específico.

5. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a impugnante que:

1. Seja revisto o item **11.5.1.2**, permitindo a aceitação de laudos técnicos emitidos por laboratórios ou entidades reconhecidas internacionalmente, sem a exigência exclusiva de certificação pela Marinha do Brasil.
2. Caso mantida a exigência de ensaios prévios, seja concedido prazo adequado para a realização dos testes, de forma a não restringir a participação de fornecedores.
3. Seja garantida ampla competitividade, conforme preconiza a legislação vigente.

Nestes termos, pede deferimento.

Contagem, 12 de março de 2025.



Roland von Urban
Diretor